



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Educação e Participação Popular: experiências do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa¹

Ana Laura Souza Vargas

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Minas Gerais (NPGAU-UFMG)

Laura Diniz Rena

CASA COMUM - Núcleo de Estudos Sociopolíticos (NESP/PUC Minas)

Sessão Temática 08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

Resumo. Este artigo tem como objetivo apresentar as teorias pedagógicas de Paulo Freire sobre educação popular e de Marcelo Lopes de Souza sobre participação popular e, a partir de tais concepções, analisar o caso do Conselho Comunitário Unidos Pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA) e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, de modo a elaborar uma reflexão crítica sobre essas insurreições urbanas. Os conceitos de cidadania, autonomia e participação são abordados a partir de sua interlocução com a prática dos movimentos sociais urbanos. O trabalho se estrutura a partir da leitura de referências bibliográficas inseridas no campo de estudo e a partir das percepções, vivências e contribuições ao COMUPRA e ao Movimento por parte de uma das autoras, enquanto integrante e colaboradora de tais lutas urbanas.

Palavras-chave: Educação popular; participação popular; movimentos sociais; cidadania; autonomia.

Popular Education and Participation: the experiences of COMUPRA and “Deixem o Onça Beber Água Limpa”

Abstract. This article aims to present the pedagogical theories developed by Paulo Freire about popular education and Marcelo Lopes de Souza ideas about popular participation. Based on this concepts, its objective is to analyze the particular case of Ribeiro de Abreu’s community council (COMUPRA) and “Deixem o Onça Beber Água Limpa” Social Movement, in order to elaborate a critical reflexion about these urban insurgencies. The concepts of citizenship, autonomy and participation are approached from its interlocution with the practice of the urban social movements. This paper is structured by the reading of bibliographical references inserted in this field of study and from the insights, experiences and contributions to COMUPRA and to the Social Movement of one of the authors, as a member and collaborator of these urban struggles.

Keywords: Popular education; popular participation; social movements; citizenship; autonomy.

Educación y Participación Popular: experiencias del COMUPRA y “Deixem

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

o Onça Beber Água Limpa”

Resumen. Este artículo tiene como objetivo presentar las teorías pedagógicas de Paulo Freire acerca de la educación popular y de Marcelo Lopes de Souza acerca de la participación popular y, a partir de esas concepciones, analizar el caso del “Conselho Comunitário Unidos Pelo Ribeiro de Abreu” (COMUPRA) y el “Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa”, con el fin de desarrollar una reflexión crítica sobre estas insurrecciones urbanas. Se abordan los conceptos de ciudadanía, autonomía y participación desde su interlocución con la práctica de los movimientos sociales urbanos. El trabajo se estructura a partir de la lectura de referencias bibliográficas insertas en el campo de estudio y de las percepciones, experiencias y aportes a COMUPRA y al Movimiento por parte de uno de los autores, como miembro y colaborador de dichas luchas urbanas.

Palabras clave: Educación popular; participación popular; movimientos sociales; ciudadanía; autonomía.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar as experiências do Conselho Comunitário Unidos Pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA) e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa a partir dos conceitos de educação popular e participação popular de Paulo Freire e Marcelo Lopes de Souza. O trabalho está estruturado em três partes: introdução sobre ao tema, conceituação e relação entre os termos: educação popular e participação popular, elaborados pelos autores mencionados anteriormente e a análise das experiências do Conselho Comunitário e do Movimento Social em questão, a partir dos conceitos relacionados.

Em um sistema tecnocrata, permeiam-se as teorias, métodos de análise e implementação de planos por especialistas, muitas vezes pouco engajados nas realidades sócio-culturais locais. A concentração de poder nas mãos dos técnicos desconsidera os anseios da população e acaba reforçando a implementação de modelos simplistas, que não se alinham com a realidade do território. A valorização da técnica em detrimento do saber popular aprofunda a desigualdade e o elitismo intelectual, resultando em soluções descoladas da realidade da maioria e que privilegiam poucos grupos.

Em uma prática libertadora, há uma participação real dos cidadãos, que abrange os conflitos a partir de uma reflexão crítica e do intercâmbio de saberes, de modo que todos os envolvidos exercem um papel fundamental no desenho de planos e na consolidação das ideias. Ao criar esse diálogo horizontal, partimos do princípio que todos podem contribuir, seja a partir da técnica ou das experiências. O processo de uma prática libertadora se torna mais complexo e extenso que aquele verticalizado orientado pela técnica, porque considera diferentes fatores, aumentando ainda mais os desafios. Entretanto, estimula o diálogo, pensamento crítico, envolvimento dos indivíduos em causas coletivas e a construção de saberes, e isso é tão importante - ou mais - do que o resultado em si.

A partir da experiência do Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA) e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa, é possível identificar processos participativos que revelam o exercício da cidadania dos indivíduos envolvidos com a causa, que buscam de forma coletiva, pressionar o poder público em prol da garantia de direitos básicos, como habitação, áreas públicas de qualidade e preservação das águas.

Nas próximas sessões, o estudo de caso abordado será analisado sob a ótica da educação e da participação popular, a partir das definições apresentadas pelos autores Paulo Freire e Marcelo Lopes de Souza. Sobre a violência do opressor e a rebeldia do oprimido, relembramos as palavras de Freire:

Seria uma atitude muito ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que permitisse às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de forma crítica. [...] Não junto a minha voz à

dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da justa raiva dos traídos e dos enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas. [...] Que é mesmo minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? Lavar as mãos em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele. (FREIRE, 1984, p. 89; 1996, p. 113-118).

2. Educação e Participação Popular

O planejamento, enquanto parte do Estado-Nação, é estruturalmente concebido para exercer controle e opressão (YIFTACHEL, 2021). De acordo com Souza (2001), o modelo de democracia representativa que vivemos possui falhas graves. Os representantes que elegemos para defender os interesses da população tendem a se corromper para atender os interesses dos grupos que detêm poder e capital, tornando inviável o exercício pleno da democracia (SOUZA, 2010). Essa lógica é alimentada - e incentivada pelos detentores do poder - pelo discurso "anti-política" adotado por grande parte da população, que não se interessa por política e portanto não cobra, não fiscaliza e não pressiona seus representantes no poder público (SENNETT apud SOUZA, 1995).

Segundo Oliveira (1999), a cidadania é exercida quando o cidadão se insere na sociedade por meio da autonomia, sendo este capaz de intervir nos negócios da sociedade e do Estado. O cidadão pleno é capaz de saber escolher, pode escolher e efetivar suas escolhas, e o pleno gozo da cidadania é mediado pelo espaço público, a partir da efetivação de direitos econômicos e sociais e da participação ativa na sociedade. Para Dagnino (1994), a cidadania deriva e está intrinsecamente ligada aos movimentos sociais, em especial ao urbano, no que diz respeito ao acesso à cidade. Nesse sentido, a autonomia está bem mais próxima do direito à cidade do que a heteronomia. Como afirma Harvey:

O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual de acesso aos recursos urbanos: ele é o direito de mudar a nós mesmos mudando a cidade. Ele é, ademais, um direito comum, mais do que um direito individual, uma vez que essa transformação inevitavelmente depende do exercício coletivo do poder para reconfigurar o processo de urbanização. A liberdade para fazer e refazer nossas cidades e a nós mesmos é, quero argumentar, um dos mais preciosos e por ora mais negligenciados dos nossos direitos humanos. (HARVEY, 2013, p. 358).

O exercício da cidadania que pressupõe participação popular na política é um desafio enorme porque demanda, principalmente, mobilização e engajamento dos participantes e, por isso, o método da Educação Libertadora de Freire (1967) se faz tão necessário. Paulo Freire considera “a educação popular das massas como algo fundamental, [...] educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação.” (FREIRE, 1980, p. 36). Portanto, a aplicação do método cria as condições para que o indivíduo se liberte da lógica alienante do sistema através do pensamento crítico, do diálogo entre diferentes, do empoderamento e valorização do sujeito, ativando a consciência política e incentivando por sua vez a cidadania e participação política (FREIRE apud ALVES, 2021).

Ao participar dos processos de decisão da sociedade o cidadão se sente mais responsável pelo resultado e portanto cobra mais de seus representantes (SOUZA, 2010), assumindo deveres e cobrando seus direitos. A complexidade dos processos participativos inviabiliza muitas vezes a aplicação do mesmo em grupos muito grandes da sociedade, entretanto é preciso reconhecer “[...] também as pequenas conquistas, desde que estas possuam um potencial político-pedagógico de pavimentação do caminho para experiências ulteriores mais arrojadas.” (SOUZA, 2010, p. 333). A relevância da participação comunitária em menor escala é reforçada também por Bordenave, que

considera que “a participação das pessoas em nível de sua comunidade é a melhor forma de preparação para a sua participação como cidadão em nível da sociedade global.” (BORDENAVE, 2007, p. 58).

O exercício de participação tem por base a conscientização, a organização e a capacitação como etapas fundamentais do processo (SANTANA, 2013). Para Demo (2021), uma consciência crítica da realidade contribui para o sujeito se reconhecer como criticamente capaz de “transformar e ser transformado; de formular estratégias para enfrentar os problemas que o afeta; de se organizar, pois é na organização que os sujeitos podem intervir na realidade.” (DEMO apud SANTANA, 2013, p. 50). Nesse sentido, se considerarmos o Urbanista como aquele que capta os propósitos da comunidade e catalisa o potencial participativo da comunidade, é essencial pensar no planejamento urbano participativo - ou simplesmente no planejamento participativo - como aquele em que o sujeito é capaz de intervir na realidade em que vive, presente nos processos participativos a partir da sua percepção de inserção no seu contexto sócio-político. Sendo a autonomia e a responsabilidade pontos fortes da comunidade participativa: “Participar, no sentido essencial de exercer a autonomia, é a alma mesma de um planejamento e de uma gestão que queiram se credenciar para reivindicar seriamente o adjetivo democrático(a).” (SOUZA, 2010, p. 335).

A cultura da participação como produto humano e social, possibilita a ativação das potencialidades e da criatividade da sociedade, de modo a elucidar suas perspectivas de desenvolvimento sobre si mesma e sobre o ambiente (SANTANA, 2013). O modelo de educação hegemônico é, por sua vez, excludente e alienante, pois contribui para a manutenção dos indivíduos em um estado de impotência e ignorância diante de realidades opressoras (FREIRE, 1967). É preciso, portanto, pensar em uma prática de liberdade a partir da educação e da participação popular, exercida em coletividade e pensada em sua espacialidade. Nas palavras de Alves (2021):

"Se a educação emancipadora depende da coletividade para se efetivar, o que faz com que essa condição também seja um princípio para uma educação urbana, ao se olhar para a cidade, é o espaço público que possui características mais condizentes para a construção dessa educação." (ALVES, 2021, p. 67).

Apresenta-se o COMUPRA e o “Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa” como insurreições urbanas de exercício da prática cidadã, consolidadas pela participação popular da população ribeirinhas em sua práxis cotidiana, baseada em uma educação libertadora.

3. A experiência do COMUPRA e do Movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa

O Ribeirão Onça é considerado, junto ao Ribeirão Arrudas, o afluente mais poluído do Rio das Velhas². Às margens do Ribeirão Onça emerge uma pluralidade de lutas protagonizadas pela população ribeirinha, que acredita nas possibilidades de convivência entre os seres e os rios. Estes repudiam toda e qualquer tentativa de canalização e tamponamento dos rios urbanos e lutam cotidianamente pelo direito à moradia àqueles que foram destituídos às margens urbanas.

O Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu – COMUPRA, entidade comunitária sem fins lucrativos, atua na região do Baixo Onça desde 2001 e tem como missão a contribuição para melhoria da qualidade de vida da comunidade do bairro Ribeiro de Abreu e adjacências, por meio de ações coletivas nas áreas de educação, saúde, trabalho, lazer, geração de renda, ecologia e cidadania. O COMUPRA é o idealizador e principal articulador do Movimento “Deixem o Onça Beber Água Limpa”, que atua de forma itinerante na região do Baixo Onça desde 2008.

O COMUPRA e o Movimento são formados por moradores/as do Baixo Onça, referências comunitárias, estudantes, ativistas e simpatizantes da luta. Dentre suas pautas, o Movimento

² <https://cbhvelhas.org.br/noticias-internas/porque-o-onca-ainda-e-poluido/>.

apresenta a “Meta 2025: Nadar, Pescar e Brincar no Ribeirão Onça”, que se baseia nos principais pontos de reivindicação das comunidades da região, sendo estes: 1. Retirada das famílias inseridas nas áreas de risco do Ribeirão Onça; 2. Implementação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça; 3. 100% de coleta, interceptação e tratamento de esgoto do Ribeirão Onça; 4. Municipalização da rodovia MG-20 e 5. Novo acesso ao bairro Ribeiro de Abreu e adjacências. O intuito da meta é provocar compromissos, fazer com que os órgãos públicos, as entidades privadas e a sociedade civil se articulem em torno da sua realização.

O primeiro ponto da Meta 2025 é atualmente considerado a pauta de maior urgência, devido às adversidades enfrentadas pelas famílias que ocupam as manchas de risco das margens do Ribeirão Onça. Atualmente, mais de 718 famílias inseridas nas manchas de inundação do Ribeirão Onça no trecho entre a Cachoeira do Novo Aarão Reis e a ETE Onça já foram realocados, sendo que o plano inclui ainda a realocação de mais 716 famílias. O segundo ponto propõe a construção/implementação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça em trecho de 5,2 km de extensão às margens do Ribeirão, incluindo toda a área onde as famílias foram/serão removidas. O terceiro ponto se refere à recuperação das margens e proteção das nascentes a partir de 100% de interceptação e tratamento de esgoto da bacia do Onça. O quarto ponto apresenta o plano de Municipalização da MG-20 a partir da retirada das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade e pela urbanização da área. Por fim, o quinto ponto propõe a construção do novo acesso ao Ribeiro de Abreu e região, para possibilitar e melhorar o trânsito entre os bairros circundados. Para Itamar Santos, integrante do COMUPRA e morador do Ribeiro de Abreu, “falar do que nós vamos falar hoje é um prazer, pois ao falar da meta estamos falando de vida, de esperança! Se há uma meta é porque queremos estar vivos para ver cumprir e desfrutar do mesmo”³.

O Movimento e o COMUPRA, que tem como pauta a sobrevivência de um rio na expectativa de co-vivência das multiespécies (humanos, animais e natureza), procura agir em contrapartida ao que poderia ser considerado o “sufocamento do comum” (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017). Vê-se emancipar uma luta periférica por meio da construção coletiva de planos, a partir da articulação das redes envolvidas, dos equipamentos públicos e das diversas esferas dos órgãos públicos municipais. Contudo, a prática cotidiana do COMUPRA e do Movimento se baseiam principalmente nas ações protagonizadas pelos próprios moradores da região, que apresentam planos e projetos de melhoria tanto para sede do Conselho Comunitário (COMUPRA) quanto para região do Baixo Onça, a partir dos conhecimentos advindos da prática autônoma e autogestionada. Pode-se afirmar, portanto, que há um fluxo do aprendizado social (FRIEDMAN, 1993), ou seja, uma apresentação de soluções que advém de saberes diferentes e que possibilita a concretização de espaços e ações, mas que a não-presença de técnicos ou do próprio poder público não impede que os projetos sejam executados.

Dentre tais práticas, é possível citar a construção de uma cisterna na sede do COMUPRA pelas lideranças comunitárias, moradores/as e parceiros (Projeto “Cultivando Águas”, do Manuelzão UFMG⁴), o que possibilitará o acúmulo das águas das chuvas e seu redirecionamento para o abastecimento de água da horta comunitária e da casa. Os mutirões autogestionários (Figura 1) são também um exemplo, ao promoverem a implementação de hortas comunitárias (Figura 2) e espaços de lazer ao longo de toda a extensão do bairro Ribeiro de Abreu nos últimos anos.

³ Fala proferida na mesa – DESEXTINÇÃO: Como renascem os rios?, no festival fluvial seres-rios, 2021, promovido pelo BDMG Cultural.

⁴ <https://manuelzao.ufmg.br/ciclo-da-agua-ciclo-da-vida-ribeiro-de-abreu-recebe-oficina-de-educacao-ambiental-do-cultivando-aguas/>.



Figura 1. Mutirões às margens do Ribeirão Onça (fonte: VARGAS, 2019.).



Figura 2. Horta comunitário do projeto CSA Bai Onça (fonte: VARGAS, 2021.).

Atualmente, o projeto CSA Bai Onça é uma das ações mais recentes idealizadas pelo COMUPRA que representa a interlocução entre o saber popular e a educação em torno dos processos de agroecologia urbana, alimentação saudável e participação popular nos processos de produção alternativos. Iniciado em dezembro de 2020 pelos moradores do Baixo Onça, integrantes e colaboradores do COMUPRA, o projeto reflete as possibilidades de emancipação econômica e periférica por meio do incentivo ao consumo consciente de produtos agroecológicos colhidos, plantados e comercializados pela própria comunidade. Em seu plano original, uma CSA é um modelo de trabalho conjunto entre produtores de alimentos orgânicos e co-produtores: um grupo fixo de associados que se comprometem por um ano (em geral) a cobrir o orçamento anual da produção agrícola. Em contrapartida, os co-produtores recebem os alimentos produzidos pelo sítio ou fazenda sem outros custos adicionais. Desta forma, o produtor, sem a pressão do mercado e do preço, pode se dedicar de forma livre a sua produção e os associados recebem produtos de qualidade, tendo conhecimento sobre quem os produz e onde são produzidos. Nessa perspectiva,

não há uma relação de “vendedor” e “consumidor”, como previsto na maioria das relações de consumo na produção capitalista. Uma CSA se sustenta a partir de uma relação de parceria entre quem recebe o produto e quem o produz, de modo a atuarem como produtores e co-produtores, ambos representando partes essenciais do processo. Diferente dos demais projetos de CSA, o CSA Bai Onça possui: 1. Agricultor único e próprio, morador do Baixo Onça: responsável pelo plantio, manutenção da horta e colheita; 2. Horta no local de montagem das cestas: diferente dos demais CSA, em que o grupo gestor entra em contato com produtores e media a entrega para os co-produtores (quem recebe os produtos), a horta que sustenta o CSA Bai Onça está localizada na sede do COMUPRA e é a única fornecedora dos alimentos; 3. Montagem das cestas e entrega realizada pelos próprios colaboradores e voluntários.

A sigla do projeto foi alterada de CSA como “Comunidades que Sustentam a Agricultura” para “Comunidade Solidária em Agroecologia”, por sugestão do integrante e colaborador do COMUPRA e do Movimento Itamar Santos, no intuito de alinhar as perspectivas do projeto com os conceitos de solidariedade, comunidade e construção coletiva por meio da agroecologia urbana. O CSA Bai Onça tem o potencial de ser tornar uma rede de economia solidária do Ribeiro de Abreu e adjacências e uma fonte de renda do COMUPRA, para que este não se sustente apenas por meio de doações. Além disso, tem o potencial de incluir a comunidade no processo produtivo de alimentos agroecológicos e na formação de uma consciência cidadã de participação e engajamento nos movimentos e lutas comunitárias e nas alternativas de consumo, em busca de uma alimentação mais saudável e consciente alinhados com princípios de consciência ambiental.

Em respeito ao caminho natural das águas e em prol da emancipação da população periférica e ribeirinha do Baixo Onça, o COMUPRA e o Movimento Deixem o Onça beber Água Limpa se configuram como uma organização horizontal, idealizando e realizando projetos por meio da articulação entre diversas redes. As escolas municipais, as universidades parceiras e o poder público cumprem um papel fundamental na concretização dos planos, mas estes não impedem que as decisões e as ações sejam também executadas nos moldes da autogestão, ou seja, há um diálogo entre as partes, mas não uma relação de dependência.

Para Marcelo Lopes de Souza (2006), até mesmo os grupos mais oprimidos na sociedade contemporânea podem exercer certo tipo de poder tendo como base seus conhecimentos. Tomando como base a ideia de poder expressa por Foucault (2005), os movimentos sociais, quanto mais se utilizam de seus conhecimentos locais - ou seja, sobre o espaço, as necessidades e a linguística humana - em combinação com o conhecimento técnico produzido pelo Estado e pelas universidades (a partir de análises críticas), mais estratégicos eles podem ser na forma de pensar e agir (SOUZA, 2006). Para Oren Yiftachel (2021), as possibilidades transformadoras podem ser buscadas dentro do planejamento a partir da crítica, o que pode ser exemplificado pela participação do COMUPRA e do Movimento em práticas sociais que se sustentam fora do Estado, porém em diálogo com este.

A cidadania, como afirma Dagnino (1999), é uma experiência de construção da democracia em extensão e aprofundamento. A cidadania organiza a transformação social de modo que a transformação cultural é essencial para construção democrática. Nesse sentido, os movimentos sociais urbanos, práxis que anunciam o conceito de cidadania - como apresentado anteriormente - atuam como redes e a própria cidadania como uma estratégia política para a formação da noção de direitos, de sujeitos sociais ativos e de uma nova proposta de sociabilidade.

Para Souza (2010), instrumentos e planos urbanos são recursos convertidos em riquezas apenas quando há uma condição econômica, política, social e cultural para aplicação dos mesmos. Nesse sentido, é fundamental que haja uma “fiscalização” por parte da sociedade civil como tentativa de pressão popular em busca do cumprimento de tais planos e leis. O COMUPRA e o Movimento, como relatado acima, realizam reuniões públicas constantes com o poder público, em especial com a URBEL-PBH (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte) (Figura 3) com o intuito não apenas de fiscalizar a aplicação dos planos voltados para o território, mas acima disso participar

de seus processos de implementação, como é possível observar nas reuniões sobre a realocação dos moradores às margens do Onça, conduzidas por representantes da URBEL do Programa “PAC 3 Bacias” e da moradora Simone, que vive em uma área inundada em período de cheia do Ribeirão.



Figura 3. Reuniões URBEL-PBH e comunidade (fonte: DUTRA, 2019).

Os integrantes e colaboradores do COMUPRA e do Movimento representam um potencial político-pedagógico de pequenas e grandes conquistas, por possuírem interesse na vida política coletiva em busca de seus direitos inalienáveis, exigindo não apenas a uma posição de consulta nos processos participativos mas a perspectiva de deliberação sobre estes.

4. Considerações finais

O Movimento e o COMUPRA propõem a construção da cidade como obra coletiva, considerando as múltiplas possibilidades de uso e ocupação do espaço pelas pessoas e pelo ambiente, abordando assim o direito à cidade (LEFEBVRE, 1969) em seu sentido desmistificado, a partir da práxis política e da ação social no cotidiano, e não apenas a partir de uma conotação normativa (LIMONAD, 2021).

Em sua práxis cotidiana, este movimento revela aproximações com as concepções teóricas sobre educação e participação popular expostas pelos autores Paulo Freire e Marcelo Lopes de Souza, a medida que se configuram como alternativas de apropriação e autogestão dos espaços contra os modelos convencionais de planejamento urbano, marcados pelo diálogo de saberes e pelo enaltecimento dos conhecimentos advindos da prática.

É importante ressaltar a potência pedagógica dos processos políticos participativos que o Movimento e o COMUPRA possuem, possibilitando não apenas conquistas sociais, mas também de formação de cidadãos. Ao mobilizar e engajar a comunidade acerca das questões ambientais e sociais que envolvem o Ribeirão do Onça cria-se um espaço de diálogo, pensamento crítico, estímulo à autonomia e exercício da cidadania.

5. Referências

- ALVES, Ana Paola da Silva. **Paradoxos em torno da educação urbana**: relações entre cidadania e construção do espaço público na cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte: 2021. p. 56-67/p. 213-225.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Editora brasiliense. 1994. p. 18-27/p. 76-82.
- BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. **O paradoxo da participação**. In: *Arquitetura como exercício crítico e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia*. (Org.) Grupo MOM. Belo Horizonte: 2012. p. 355-387.
- DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. In: *Anos 90: política e sociedade no Brasil*, 1994, p. 103-115.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1984.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: A vontade de saber, Rio de Janeiro, Editora Graal, 2005.
- FRIEDMAN, J. "Toward a Non-Euclidian Mode of Planning". **APA Journal**, Autumn 1993, p. 482-486.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMONAD, Ester. **Planejar por quê?** In: [LIMONAD,E.; MONTEIRO,J.C.; MANSILLA,P]. (Org.). *Planejamento territorial: reflexões críticas e perspectivas*, volume I. São Paulo: Editora Max Limonad, 2021. pp. 16-44.
- OLIVEIRA, Francisco de. **O que é formação para a cidadania?** [Entrevista concedida a] Silvio Caccia Bava. Dez. 1999.
- SANTANA, Andréa Vieira. **Formação do Urbanista para a participação comunitária**. Salvador: 2013. p. 48-74.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **A Prisão e a Agora**: reflexões em torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 412-430.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta**. In: *Formas espaciais e políticas urbanas*, v. 7, n. 11. São Paulo: Revista Cidades, 2010. p. 13-47.
- TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. "A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço". **Cadernos Metrópole**, v.19. n. 39, mai ago 2017. pp. 433-454.
- YIFTACHEL, Oren. O lado sombrio do planejamento. In: [LIMONAD, E.; MONTEIRO,J.C.; MANSILLA,P.] (Org.). *Planejamento territorial: reflexões críticas e perspectivas*, volume I. São Paulo: Editora Max Limonad, 2021. pp. 62-89.